

Unidade e força da categoria garantem direitos

até 2022

Acordo

Geral Fenaban

Foram muitas e longas as rodadas de negociação com a Fenaban. No início, as propostas apresentadas vieram bem rebaixadas, com redução da PLR, reajuste zero e até mesmo a extinção da 13ª cesta-alimentação. Mas os bancários conseguiram reverter esse retrocesso. Assim, os principais itens acordados são:

Reajuste

1,5% para salários + abono de R\$ 2 mil para todos neste ano. Garante em 12 meses valores acima do que seria obtido apenas com a aplicação do INPC para salários até R\$ 11.202,80, o que representa 79,1% do total de bancários (isso já considerando o pagamento de 130, férias e FGTS). INPC sobre VR, VA, auxílio creche/babá, valores fixos e tetos da PLR.

Reajuste 2021

Reposição da inflação + 0,5% de aumento real para salários e demais verbas, como VA, VR, auxílio-creche, valores fixos e tetos da PLR.

PLR

Mantida a regra atual e corrigidos os valores fixos pela inflação (INPC 2020).

Auxílios

- Auxílio-refeição: R\$ 829,52 (INPC)
- Auxílio-alimentação: R\$ 653,52 (INPC)
- Cesta de Natal: R\$ 653,52 (INPC)
- Auxílio creche/babá: R\$ 502,00 (INPC)

Gratificação de função

Seria rebaixada de 55% para 50%, mas com a negociação foi possível manter a redação de 2018.

Home Office

Todos os direitos previstos na CCT por 2 anos.



Com aprovação nas assembleias de todo o país das propostas negociadas entre o Comando Nacional d@s Bancári@s e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) e a assinatura da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) e dos ACTs (Acordos Coletivos de Trabalho) do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no último dia 04, a Campanha Nacional dos Bancários 2020 chegou ao fim.

Desafiadora e atípica, marcada pela pandemia do coronavírus, a Campanha deste ano trouxe inovações nas formas de negociação, trabalho e mo-

bilização da categoria.

“A renovação do acordo, tanto dos bancos privados quanto públicos, num cenário de retirada de direitos proporcionado por um governo que tem o patrocínio de banqueiros e que ataca diariamente os trabalhadores, representa - mesmo à distância - a resistência e capacidade de luta dos bancários na defesa dos direitos e manutenção de conquistas por mais dois anos”, ressalta o presidente do Sindicato, Roberto Vicentim.

Confira, a seguir, mais detalhes sobre a proposta aprovada.



MENSAGEM AO LEITOR

Roberto Vicentim
Presidente

Chegamos ao fim de mais uma Campanha Salarial. Os bancos, mesmo com altos lucros, tentaram a todo custo reduzir e retirar direitos e conquistas históricas, mas, a mobilização dos trabalhadores foi peça fundamental para que o Comando Nacional pressionasse por uma proposta que não trouxesse prejuízos à categoria. Somos vitoriosos por enfrentar duras negociações em uma conjuntura extremamente adversa e sair resguardados com a aprovação de um acordo que assegura todos os direitos da CCT.

A Campanha terminou, mas teremos desafios imensos pela frente: estabelecer normas justas para o teletrabalho, preservar empregos e defender os bancos públicos são alguns deles. O Santander, por exemplo, segue com uma enxurrada de práticas desrespeitosas e demissões em massa. Itaú e Mercantil do Brasil seguem na mesma linha. No BB e na CEF tampouco a situação é tranquila; os posicionamentos emitidos pelo governo federal são no sentido de facilitar reestruturações e promover as privatizações.

A comunicação entre trabalhador e sindicato através da conexão virtual, assim como na Campanha, tem agora também um papel importante em permitir a participação de quem antes enfrentava limitação para estar presente, além de serem fundamentais para fortalecer a luta contra os ataques do governo e dos banqueiros à classe trabalhadora, seja no combate ao assédio moral, por melhores condições de trabalho ou garantia das medidas protetivas contra a pandemia de Covid-19. Não hesite em nos procurar. Utilize nossas ferramentas de denúncias e nossos canais de comunicação. O Sindicato está à sua disposição! O Sindicato está na luta com você!

Acordo Coletivo de Trabalho **BANCO DO BRASIL**

Várias questões pontuaram a negociação com o BB, algumas com resultados imediatos e outras que devem se estender em mesas permanentes de discussão, como Teletrabalho, Saúde e Segurança. Entre os principais itens do acordo estão:

Todos os direitos da Convenção Coletiva de Trabalho e do Acordo Coletivo de Trabalho foram mantidos.

PLR

Mantida PLR como no acordo atual (4% lucro líquido mais 45% salário, mais módulo variável determinado pelo BB por semestre).

GDP

Mantidas as três avaliações negativas para descomissionamento por desempenho.

Intervalo intrajornada

Até uma hora com registro apenas para quem fizer opção acima dos 15 minutos.

Horário de repouso

Manutenção do repouso para atendentes de Sala de Auto Atendimento.

Folga Just. Eleitoral

180 dias para gozar a folga.

Faltas abonadas

Regra de transição, com conversão em pecúnia do saldo de abonos adquiridos a partir de 1º de setembro de 2020. Os adquiridos a partir de 1º de setembro de 2021 terão que ser usufruídos até agosto de 2022, inclusive nas férias, mas sem conversão em pecúnia ou acumulação. Os abonos já adquiridos e acumulados permanecem com as regras anteriores.

Prazo p/ realização de perícia psicológica

Manutenção de 18 meses.

Outros pontos

» Mesa sobre bancos incorporados a ser iniciada e conduzida a partir de outubro, com apresentação de pautas em setembro/2020.

» Mesa permanente sobre Teletrabalho e Escritórios Digitais.

» Mesa permanente sobre Saúde e Segurança.

Entidades representativas lutam para reduzir valores da coparticipação na Cassi

As entidades que integram a mesa de negociação da Cassi se reuniram, no último dia 9, com a diretoria da Caixa de Assistência dos Funcionários do BB para discutir o valor da coparticipação.

O objetivo é cobrar a redução da coparticipação, que foi majorada em janeiro de 2019 com o intuito de cobrir o déficit nas finanças da Cassi. No entendimento das entidades, essa medida era provisória e como as medidas negociadas com o Banco e as entidades conseguiu restabelecer o equilíbrio econômico e financeiro da Cassi, não tem sentido penalizar os associados com essa cobrança adicional.



A direção da Cassi, entretanto, não reconhece esse acordo. As entidades continuarão firmes, cobrando atitudes concretas e lembrando à direção que a missão da Caixa é cuidar da saúde de seus associados.

Saiba mais: tinyurl.com/y5v4bgcp

